

Pagar juros só depois de aprovar acordo

20 OUT 1990

GAZETA MERCANTIL

por Marta Salomon
de Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou ontem os parâmetros pelos quais vai condicionar o referendo constitucional aos acordos da dívida externa. Segundo o projeto de resolução, fica proibido qualquer pagamento aos bancos privados até a aprovação final dos contratos pelos senadores. A proibição não atinge, porém, os compromissos com a dívida de curto prazo de caráter comercial ou interbancário.

A Constituição estabelece a competência "exclusiva" do Senado para fixar os parâmetros para a negociação. Com base nestes parâmetros, os senadores vão depois avaliar os acordos e aprová-los ou não. A resolução expressa o apoio concreto do Congresso Nacional à proposta levada pelo governo aos credores. Seus sete artigos respaldam as diretrizes já definidas pelos negociadores e estabelecem que:

- O montante de recursos destinados a saldar os compromissos externos fica limitado à capacidade interna de pagamento (superávit no orçamento) e às necessidades de financiamento "não inflacionário" do crescimento econômico.

- No cálculo da capacidade de pagamento não são computados os recursos com a venda de empresas estatais.

- A conversão da dívida do setor público em ações de empresas em privatização exige "deságio prévio".

- As reservas internacionais não poderão cair abaixo do nível correspondente a quatro meses de importação, ou cerca de US\$ 8 bilhões. Será considerada a média dos últimos doze meses.

- Em caso de litígio, os contratos não irão mais ao foro de Nova York, mas submetidos à arbitragem.

- A intenção dos senadores foi impedir qualquer tipo de pagamento dos juros atrasados aos banqueiros

durante a negociação — possibilidade que ainda não havia sido descartada completamente pelo governo. "Se o dispositivo causar problemas aos negociadores, poderemos alterá-lo", admitiu à noite o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), relator do projeto, diante da hipótese de o governo ter que estender a moratória a compromissos que vem honrando. A votação final do projeto no plenário do Senado está marcada para segunda-feira, em "regime de urgência".

O texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos é o produto de meses de negociações entre o embaixador Jório Dauster e as principais lideranças partidárias do Senado. Desde o início do mandato, o atual governo busca respaldo político para a renegociação da dívida. "Não queremos atrapalhar a negociação. A resolução é um instrumento para fortalecer os negociadores diante das pressões dos banqueiros", avaliou o senador Fernando Henrique.

O único ponto de discordância entre os negociadores da dívida e o Senado foi eliminado ontem durante a votação na Comissão de Assuntos Econômicos por 8 votos contra 5. Na avaliação do governo, a cláusula que obrigava os credores a estender vantagens concedidas a devedores, caso cobrassem o repasse automático de vantagens dadas a determinado credor, poderia "inibir" a negociação.

"Foi um pedido do embaixador Dauster", admitiu o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que defendeu a retirada do dispositivo. "Ele viria contra nós", argumentou. Segundo o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o objetivo era evitar o "cartel" dos credores. O presidente da Comissão foi voto vencido. Os senadores concordam que será uma negociação "difícil".

O governo estima em US\$ 5,1 bilhões o total a ser desembolsado em 1991 como pagamento da dívida externa aos bancos privados e às instituições multilaterais de crédito. Esta soma, entretanto, prevê o recebimento do empréstimo de US\$ 2 bilhões do Fundo Monetário Internacional.

(Ver página 22)